

# As Relações de Gênero Das/Os Catadoras/Es de Materiais Recicláveis em uma Cooperativa do Oeste Paulista: Modificações a Partir da Autoeducação e das Práticas Formativas

Bruna Oliveira Martins

Como citar: MARTINS, Bruna OLiveira Martins. As Relações de Gênero Das/Os Catadoras/Es de Materiais Recicláveis em uma Cooperativa do Oeste Paulista: Modificações a Partir da Autoeducação e das Práticas Formativas. *In*: NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p. 257-286. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-505-6.p257-286>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

7.

## AS RELAÇÕES DE GÊNERO DAS/OS CATADORAS/ES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM UMA COOPERATIVA DO OESTE PAULISTA: MODIFICAÇÕES A PARTIR DA AUTOEDUCAÇÃO E DAS PRÁTICAS FORMATIVAS

*Bruna Oliveira Martins<sup>1</sup>*

---

### **Introdução**

O aumento da geração de lixo e de resíduos sólidos no cenário neoliberal, em meio a uma produção de elevada quantidade de materiais que possuem pouca durabilidade e ao desemprego existente no país que deslanchou na década de 1990, promoveram o crescimento da quantidade de pessoas que catam recicláveis em prol da sobrevivência. No início, essas/es catadoras/es trabalhavam apenas de forma individual, e realizavam, especialmente, a tarefa da catação; entretanto, conforme a categoria se expandia, intensificava-se a necessidade de uma organização do trabalho para a conquista de melhores condições sociais e econômicas da categoria.

A organização do trabalho da catação de materiais recicláveis na forma coletiva se deu a partir da criação de associações e

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação - Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Câmpus de Marília. Graduada em Psicologia - Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Câmpus de Assis.

cooperativas, em articulação com o surgimento do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). O MNCR emerge em um contexto de expansão de outros movimentos sociais de catadoras/es da América Latina; com o objetivo de organizar as/os catadoras/es brasileiras/es, o MNCR visa colocar em prática a autogestão do trabalho, o combate à precarização e à exploração da categoria e pretende garantir o protagonismo das/os catadoras/es na cadeia produtiva da reciclagem (MNCR, 2008).

O trabalho da catação é extremamente desvalorizado, visto que a reciclagem só foi viabilizada no Brasil a partir do barateamento das tarefas de coleta e triagem dos resíduos sólidos e dos baixos investimentos tecnológicos que são destinados ao setor (BOSI, 2008). No entanto, com a organização de associações e cooperativas pautadas pela Economia Solidária, Autogestão, Trabalho Associado, dentre outras metodologias de trabalho, e do movimento social da categoria, a luta por melhores condições de vida e de trabalho é travada pelas/os trabalhadoras/es.

Essas/es trabalhadoras/es são, muitas vezes, mulheres, negras, pobres e com baixa escolaridade. Vivenciam as desigualdades impostas pelas relações patriarcais, raciais, capitalistas e aprofundadas pelo neoliberalismo de forma intensa: realizam agachamentos frequentes, são expostas/os a riscos à pele, são obrigadas/os a se adaptar com mau cheiros, passam por situações de humilhação, opressão e negligência por parte do poder público e da comunidade (MACIEL; GRILLO, 2009). Embora o capitalismo tenha inserido as mulheres em outros trabalhos, além do doméstico e do cuidado das/os filhas/os, essa inserção foi realizada de forma precária, em trabalhos desvalorizados, e desde que continuassem a exercer suas atividades em casa. Vale ressaltar que as mulheres negras e pobres, no decorrer da história, mesmo antes do capitalismo, já eram colocadas em funções

precarizadas do trabalho, realizadas fora do ambiente doméstico (DAVIS, 2016).

A organização das/os catadoras/es e a participação no movimento social pode auxiliá-las/os na constituição de uma identidade da categoria. Por meio das organizações pode-se aprender novas relações sociais embasadas na construção de uma luta contra a exploração, a opressão e as desigualdades vividas no âmbito social, econômico e político. Em uma cooperativa de catadoras/es de materiais recicláveis, portanto, é possível “dar visibilidade ao trabalho realizado, perante o poder público, firmando convênios, concorrendo a editais para aquisição de equipamentos” (PEREIRA; SECCO; CARVALHO, 2014, p. 176).

Para se organizarem, as/os catadoras/es produzem uma série de questionamentos e reflexões. A luta das/os catadoras/es diz respeito a uma formação para o trabalho coletivo, na qual aprendem umas/uns com as/os outras/os, desde coletar os resíduos nas ruas, triar nas esteiras, pensar a comercializar, negociar com o poder público e gerir o ambiente de trabalho. Tal processo, que chamamos de autoeducação, é muito importante para essas/es trabalhadoras/es, uma vez que ao compartilhar experiências, a categoria pode captar suas demandas. Para Jean Alves *et al.* (2020, p. 129), uma das principais demandas educativas levantada pelas/os catadoras/es do MNCR, é o “resgate do papel das mulheres catadoras, que são maioria nas associações e cooperativas”.

Ademais, a universidade e outras instituições podem potencializar o processo autoeducativo das/os catadoras/es por meio da promoção de práticas formativas que visem a construção de reflexões críticas sobre o trabalho que desenvolvem, além de outras temáticas importantes para a vivência coletiva: cooperativismo, autogestão, movimentos sociais, organização do trabalho, relações

sociais, mulheres no trabalho, organização de mulheres, raça, gênero, etc. Em geral, é por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) que a universidade desempenha esse papel.

As ITCPs, em sua maioria, são projetos de extensão universitária que surgem para promover e incentivar a organização de iniciativas e empreendimentos autogestionários. A partir do desenvolvimento de tecnologias sociais e de práticas educativas, as ITCPs auxiliam as/os trabalhadoras/es de grupos populares, associações e cooperativas de trabalhadoras/es no que tange à inserção produtiva, às relações de trabalho e sociais, ao acesso às políticas públicas, à formação para o trabalho coletivo, ou seja, procuram contribuir para a garantia do protagonismo das/os trabalhadoras/es e sua organização coletiva (CARVALHO; LADEIA; FELÍCIO, 2017).

Uma das temáticas importantes para ser trabalhada em uma organização de catadoras/es é as relações de gênero que ali se constituem, uma vez que as mulheres são a maioria nessa categoria da classe trabalhadora e possuem uma participação política ativa no movimento e nos coletivos. De acordo com o MNCR (2014), o tema da igualdade de gênero vem sendo debatido pelo movimento e aprofundado nos últimos anos; desse modo, algumas secretarias e núcleos de gênero foram criados, como por exemplo a Secretaria Estadual de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis (SEMUC-SP), que surgiu com o intuito de dar visibilidade para as protagonistas da categoria, ao promover eventos, formações, reuniões e encontros sobre diversas temáticas, como violência doméstica, feminicídio, organização de mulheres, mulheres negras, mulheres na política e etc.

As mulheres da Cooperativa estudada na pesquisa realizada ressaltam como as formações do movimento são importantes para o desenvolvimento das catadoras (MARTINS, 2023). A catadora Elis

(2022) enuncia que a Cooperativa recebeu várias mulheres da SEMUC-SP a fim de trocar experiências sobre a autonomia das mulheres, o papel das mulheres nas famílias das/os catadoras/es e a modificação das relações que estabelecem com os homens, dentro e fora da organização. A universidade, por meio da atuação da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis (Incop Unesp Assis), pôde participar e auxiliar as/os catadoras/es, ao incentivar e contribuir para a articulação da Cooperativa com a Secretaria, com o movimento e também por meio de rodas de conversa, reuniões e capacitações de lideranças mulheres.

Este capítulo possui o intuito de apresentar os resultados de uma pesquisa de mestrado, realizada no Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília. A pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e teve o objetivo geral de analisar se e como a autoeducação e as práticas formativas propiciadas pela Incop Unesp Assis modificam as relações de gênero em uma Cooperativa de Catadoras/es de materiais recicláveis do Oeste Paulista. Os objetivos específicos foram analisar as relações de gênero na organização; analisar o processo de autoeducação das/os catadoras/es e analisar as práticas formativas realizadas pela Incop Unesp Assis no local. Para a realização da investigação, utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa empírica.

Na pesquisa bibliográfica, realizamos um levantamento por meio das palavras-chave: catadoras/es de materiais recicláveis; Trabalho Associado; Economia Solidária; gênero; autoeducação; incubadoras de cooperativas populares, seleção, leitura e análise dos

dados coletados dos principais livros, teses, capítulos de livro e artigos científicos nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). A pesquisa documental compreendeu a análise dos principais documentos da Incop Unesp Assis e da Cooperativa, bem como os principais registros de preparação das práticas formativas realizadas com a Cooperativa. A pesquisa empírica foi feita por meio da observação do trabalho na organização e entrevistas individuais semi-estruturadas com três catadoras e dois catadores da Cooperativa e três integrantes da Incubadora.

A forma de análise de dados foi analítico-explicativa, baseada no registro, análise e interpretação do fenômeno a fim de identificar causas e efeitos. Procuramos demonstrar as tendências do desenvolvimento e as forças que determinam o fenômeno. As principais categorias que utilizamos na pesquisa foram: história, formação, gênero, conflito social e contradições. Partindo do movimento do real, buscamos interpretar o objeto de estudo de acordo com o processo contraditório da realidade, conforme suas especificidades.

O objeto de estudo é um Empreendimento Econômico Solidário (EES), incubado pela Incop Unesp Assis desde o início de sua constituição. Antes de ser formalizada, a Cooperativa era uma iniciativa de um grupo de desempregadas/os que, junto a universidade, realizavam reuniões e debates acerca da temática do desemprego (CARVALHO, 2008). Foi formalizada em 2003 com o apoio da Incubadora, do poder público e da Cáritas Diocesana e, atualmente, conta com mais de cem cooperadas/os, que realizam a coleta dos resíduos sólidos nas ruas, a triagem, prensagem, enfardamento, armazenamento e comercialização. Ao adotarem a

Economia Solidária enquanto metodologia de trabalho, procuram colocar em prática a autogestão, a solidariedade, cooperação e gestão democrática.

Percebe-se que na Cooperativa, as relações de gênero são reproduzidas e também sofrem algumas modificações, tanto devido às particularidades do trabalho coletivo, das/os catadoras/es em questão, como também da presença da universidade no local e do movimento social. Na auto-organização dessas/es e de outras/os trabalhadoras/es, observamos a exploração de trabalhos feminizados, naturalização da diferenciação e da hierarquização do trabalho, articulação do trabalho tecnológico ao trabalho masculinizado, etc. Assim, ainda que se diferenciam das empresas capitalistas, as organizações de trabalho estão inseridas em um contexto cultural dominante, machista e capitalista (DAL RI, 2015).

### **As relações de gênero nas organizações de trabalho e na Cooperativa estudada**

No trabalho da catação, a presença majoritária e ativa de mulheres produz a reflexão de como as questões de gênero são emergentes nas organizações de trabalho autogestionário. As mulheres ainda vivem, na atualidade, as desigualdades e as desvantagens decorrentes do patriarcado, do capitalismo e da divisão sexual do trabalho, uma vez que continuam recebendo menos do que os homens em um mesmo cargo e permanecem realizando o trabalho doméstico e cuidado das/os filhas/os. Ainda que de forma diferente, no trabalho autogestionário, as mulheres também são inseridas de forma precária e relações desiguais e capitalistas são reproduzidas.

O capitalismo, ao se conservar, principalmente, por meio da expropriação e da desigualdade, se apropria do sistema racial e do



patriarcado para a geração de mais-valia e, conseqüentemente, de acumulação de capital na mão de poucos. Engendra, portanto, um mecanismo que naturaliza as condições subordinadas e vulneráveis de mulheres, ao dividir um “trabalho produtivo” e destiná-lo aos homens, de um “trabalho reprodutivo”, e destiná-lo às mulheres, e coloca o primeiro acima do segundo. Ao naturalizar uma hierarquização sexual de funções do trabalho, invisibiliza a importância do cuidado, da criação de crianças, da formação escolar, enfim, do trabalho direcionado à mulher (FRASER; JAEGGI, 2020).

Após a *crise estrutural do capital* em 1970, o capitalismo passa a destinar a parte precarizada do chamado “trabalho produtivo” às mulheres, sem criar ferramentas para retirá-las do trabalho dito “reprodutivo”. Para Heleieth Saffioti (2013), o capitalismo insere as mulheres no mercado de trabalho de forma periférica como um modo de reconstruir a capacidade de acumulação capitalista, uma vez que, na década de 1970, o capitalismo passava por uma queda significativa nas taxas de lucro e por uma conseqüente insatisfação social. Ainda hoje, as mulheres sofrem as decorrências do sistema patriarcal e da divisão sexual do trabalho, que são alicerçados ao capitalismo como um modo de precarizar o trabalho: embora ocupem os mesmos cargos que os homens, ganham 34% a menos do que os homens (CATHO, 2021).

O ingresso das mulheres no mundo econômico não equilibra as funções atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça as desvantagens vividas pelas mulheres que atualmente compartilham com os homens, de forma equânime ou não, a provisão financeira da família juntamente com a responsabilidade da esfera reprodutiva. A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as

mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 125).

As mulheres possuem, até hoje, uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Com o movimento de mulheres trabalhadoras, a posição que elas ocupam na esfera do trabalho foi questionada. Dessa forma, as mulheres puderam pautar a importância do trabalho doméstico e do cuidado das/os filhas e indagar a diferenciação e hierarquização impostas na construção social e de gênero (ANDRADE, 2015). As teorias feministas socialistas deram base para essas mulheres “teorizar o trabalho doméstico como parte integrante do modo de produção capitalista” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 28).

Em organizações de trabalho coletivo, pautadas pelo Trabalho Associado, Autogestão ou Economia Solidária, embora com algumas transformações, as relações patriarcais e capitalistas de gênero são reproduzidas. Assim, os “registros sobre a atuação das mulheres populares na América Latina refletem o papel socialmente construído delas como cuidadoras” (VASCONCELLOS, 2017, p. 166), e, ainda, refletem a valorização de funções masculinizadas e a precarização de trabalhos destinados às mulheres. As/os catadoras/es, por exemplo, vivenciam a divisão de tarefas e dos processos de trabalho segundo uma lógica patriarcal, que reproduz moldes capitalistas de produção. Esses moldes não apenas dividem, mas hierarquizam funções, a depender do gênero de quem realiza. Fabiana Grecco (2016, p. 47) analisa que, se por um lado,

a chamada Economia Solidária se caracteriza pela organização dos processos de trabalho via “solidarismo”, que se oporia ao “competitivo” por meio da propriedade coletiva dos meios de

produção (Laville, 1994; Singer, 2001 e 2002), por outro, o que se verifica no processo de trabalho no interior das associações ou cooperativas é a reprodução dos moldes fordista-taylorista de produção e precárias condições de trabalho e vida das trabalhadoras e trabalhadores. Da mesma forma, se os chamados “trabalhos de proximidade” seriam aqueles realizados por “afeição” ou por “senso de responsabilidade” e, além disso, na realização dessas atividades, a retribuição financeira não seria algo imediatamente esperado (Folbre, 1997; Laville, 1994), o trabalho das mulheres no interior dessas associações ou cooperativas, ao contrário, reflete as mesmas condições da exploração do trabalho das mulheres em condições tipicamente capitalistas.

Nas organizações de trabalho da catação estão presentes, além da divisão de tarefas e hierarquia de funções e de remunerações do trabalho, uma rígida jornada de trabalho, a mecanização de movimentos, a seleção de um perfil específico de trabalhadoras/es, e etc (GRECCO, 2016). É observado que, geralmente, a divisão das atividades é realizada de forma semelhante nas organizações: os homens trabalham nos equipamentos tecnológicos, como prensas, caminhões e empilhadeiras, e as mulheres com a triagem nas esteiras, na limpeza, cozinha e na administração dos locais de trabalho (WIRTH, 2010, MARTINS *et al.*, 2016, PURICELLI; ARDAYA, 2018). As mulheres, inclusive, são, muitas vezes, responsáveis por cuidar e ensinar as/os colegas de trabalho, continuam a realizar o trabalho doméstico em suas casas e possuem a iniciativa de tomar decisões nas associações e cooperativas.

Na Cooperativa estudada, é perceptível uma construção da divisão sexual do trabalho parecida com a de associações e cooperativas pesquisadas por outras/os pesquisadoras/es da área. Desse modo, as catadoras permanecem em funções mais relacionadas

ao cuidado e à delicadeza, como a triagem dos materiais recicláveis, a limpeza e a cozinha, e os homens desempenham trabalhos com os equipamentos e com o carregamento de fardos mais pesados. Foi possível observar que as mulheres realizam suas atividades de forma mais colaborativa, e que os homens trabalham de um modo mais automático e independente. De acordo com as/os catadoras/es do local, as mulheres são “mais atentas, esforçadas e cuidadosas”, e os homens “devem pegar o trabalho mais pesado”, não se interessam por cargos de representação e por atividades com o grupo.

É possível observar que, apesar das/os catadoras/es compreenderem o trabalho dos homens como o carregamento dos fardos que “são mais pesados”, as mulheres, muitas vezes, também consideram seu trabalho como igualmente pesado, e identificam que os homens não o fazem, mas que elas realizam todas as funções na Cooperativa. A esteira, por exemplo, é composta apenas por mulheres, mas, usualmente, é comandada por um homem, que dita o ritmo do trabalho das catadoras. Foi possível notar muitos desconfortos no que tange à apropriação deste trabalho enquanto trabalho também delas, uma vez que o trabalho desempenhado pelos homens segue uma lógica mais individualista.

Os homens tendem a sair da Cooperativa mais do que as mulheres, visto que as mulheres se adaptam melhor ao trabalho cooperado. Para Keicy dos Reis (2022), ex-integrante da Incop Unesp Assis, boa parte dos homens possui dificuldades no que se refere à divisão de tarefas e do poder, ao uso de substâncias psicoativas e à participação no coletivo. Dividir o peso com as mulheres pode ter um significado social para os catadores de ataque à masculinidade e a uma posição destinada a eles desde quando eram crianças.

Na percepção de Cinthia (2022), os catadores fazem mais “corpo mole” quando percebem que a Cooperativa é composta,

majoritariamente, por mulheres. As/os catadoras/es afirmam que “as mulheres trabalham mais do que os homens”, principalmente porque o trabalho na esteira é intenso e é realizado exclusivamente por mulheres. Os homens não se interessam, não se colocam e não são colocados nessa função do trabalho. Explicam que as mulheres são “naturalmente, mais delicadas e mais cuidadosas que os homens”. Esse pensamento, que decorre da articulação do capitalismo com o sistema patriarcal, é utilizado para a geração de sobrecarga de trabalho destinado às mulheres e está embasado em uma desvalorização do trabalho manual e artesanal, geralmente feito por mulheres.

Elis (2022), uma das catadoras da Cooperativa estudada, analisa que, por meio das formações realizadas pela Incubadora e pela SEMUC-SP, as/os catadoras/es puderam conversar sobre o machismo, que está presente não só dentro, como fora da organização. Assim, pensa que muita coisa mudou, muitos casais puderam resolver conflitos familiares e muitas/os catadoras/es modificaram seu comportamento com relação às/aos colegas de trabalho. Um exemplo disso é que, apesar de difícil, os catadores auxiliam as mulheres no desenvolvimento da autonomia de conduzir um equipamento, como os caminhões e ensinam-as os trajetos nas ruas. Aceitar dividir o trabalho e o poder e que mulheres também façam atividades consideradas “masculinas”, ainda que com certa estranheza e resistência, é “de suma importância para conceber homens e mulheres como iguais no mercado de trabalho e em outras esferas sociais” (MARTINS *et al.*, 2016, p. 87).

Percebe-se, portanto, que é a partir dos processos autoeducativos e das práticas formativas realizadas pelo movimento social e pela universidade, que as/os catadoras/es puderam refletir de forma crítica acerca das relações de gênero e de trabalho construídas no local, e modificar algumas estruturas na organização, nas famílias

e nas relações sociais. Tanto a autoeducação quanto as práticas formativas acontecem em um espaço coletivo e compartilhado pelas/os trabalhadoras/es, e partem de experiências autogestionárias de trabalho.

### **Os processos de autoeducação e as práticas formativas: a relação universidade-movimentos sociais**

A autoeducação é um processo cultural, possibilitado pelas experiências e ações coletivas (VIANA, 2018). Em um processo de autoeducação, as/os trabalhadoras/es aprendem por meio da luta, da organização, da conscientização e da práxis, e produzem tanto concepções revolucionárias acerca das suas vivências e do mundo, quanto reproduzem concepções conservadoras, uma vez inseridas/os na sociedade. Entretanto, este processo educativo tende a levar as/os trabalhadoras/es para, na medida em que acontece, rejeitar os elementos conservadores da cultura.

O espaço do coletivo permite a aprendizagem conjunta, necessária para a prática autogestionária e para a construção de novas relações sociais e de trabalho. As/os trabalhadoras/es de organizações coletivas de Trabalho Associado, Autogestão e Economia Solidária, nesse sentido, aprendem umas/uns com as/os outras/os, e também com o auxílio e a participação de outras entidades de apoio e de fomento, as atribuições não só cotidianas, mas políticas das suas funções nas associações e cooperativas, como a organização de reuniões e assembleias, controle de despesas e rendimentos, e etc.

Pode-se dizer que o processo autoeducativo está no movimento de transformar-se e de transformar as/os colegas de trabalho por meio da luta por melhores condições sociais, econômicas e políticas e pela garantia dos direitos e do protagonismo histórico.

Esse movimento, que acontece de forma contraditória e dialética, é o que educa e humaniza as/os trabalhadoras/es, de modo a refletirem valores e princípios e de combaterem a inércia pedagógica. Ao se educar, as/os trabalhadoras/es se refazem e percebem outras possibilidades de vida e de constituírem relações (CALDART, 2001).

Nas organizações de Autogestão, Trabalho Associado e de Economia Solidária de catadoras/es, o cotidiano do trabalho é marcado pelas trocas de experiência, que proporcionam momentos autoeducativos: aprendem a coletar, triar, pensar e comercializar os materiais umas/uns com as/os outras/os, bem como a gerir o local de trabalho e a se relacionar (SCARIOT; COSTA, 2019). Ainda, por meio do movimento social, as/os catadoras/es experimentam o compartilhamento de possibilidades no que tange à vivência coletiva do trabalho. O MNCR tem “participado e proposto experiências pedagógicas, sobretudo, no campo da educação informal e popular” (ALVES, 2016, p. 39).

O movimento da categoria das/os catadoras/es possui uma frente de projetos educativos que são desenvolvidos a partir da metodologia “de catador para catador”. Tal metodologia se baseia em uma lógica autoeducativa: as/os catadoras/es formam umas/uns às/aos outras/os a partir da utilização das vivências pessoais e profissionais, de cartilhas e de cadernos de formação. As cartilhas e os cadernos descrevem o histórico do movimento e oferecem ferramentas pedagógicas para a auto-organização de catadoras/es: busca exemplificar a realização de reuniões, planejamento de ações e do trabalho, gritos de luta, análise da realidade e etc. A partir da compreensão do trabalho, as/os catadoras/es entram em contato com a função política da organização, visto que são agentes ambientais, capazes de pensar e de tomar decisões no coletivo.

A partir da formação no movimento social, as/os catadoras/es podem se comprometer coletivamente, dialogar, debater, estudar e se formar a fim de reconstruir a identidade, assumir funções nunca antes pensadas, e estimular a formação das/os colegas de trabalho no Brasil e no mundo. As entidades de apoio e de fomento, como as ITCPs, têm o papel de contribuir com a formação das/os catadoras/es na medida que, juntas/os, constroem novos saberes, ao articular o conhecimento acadêmico com o conhecimento popular.

A incubação, para Lais Fraga (2012, p. 125), é uma “relação educativa, fundamentada nas ideias de Paulo Freire, entre a universidade e grupos populares que almejam a geração de trabalho e renda e que tem, a longo prazo, o objetivo de superar as desigualdades”. As ITCPs se expandiram rapidamente no Brasil, principalmente com o apoio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), e são muito importantes para a realização de debates teóricos e práticos nos grupos populares, o desenvolvimento de tecnologias sociais, que facilitam o trabalho nas organizações e para o fortalecimento das articulações das/os trabalhadoras/es com o poder público.

Geralmente, o trabalho das ITCPs com as organizações partem de demandas das/os trabalhadoras/es. Os conteúdos trabalhados podem ser compostos desde necessidades técnicas (administrativas, contábeis e jurídicas) como temáticas (associativismo, cooperativismo de trabalhadoras/es, autogestão, Economia Solidária, etc) (KIRSCH, 2007). Essas práticas formativas buscam fortalecer as organizações e desenvolver a autonomia e a autoeducação das/os trabalhadoras/es a partir de metodologias que propiciam trocas entre a universidade e o trabalho para a construção de uma educação que inclui e que não exclui essas/es trabalhadoras/es. Ainda assim, as/os trabalhadoras/es possuem muita dificuldade para



considerar as práticas formativas como parte do trabalho, uma vez que sempre foram consideradas/es pela sua realidade escolar como inadequadas/os ou incapazes de aprender e de se formar. A escola, para essas pessoas, despotencializa e não inclui essas/es educandas/os de acordo com o seu contexto (PEREIRA; DAL SECCO; CARVALHO, 2014).

A autoeducação e as práticas formativas de catadoras/es podem desenvolver novas relações sociais e a autonomia do sujeito frente a responsabilidade que possui no coletivo, a discussão e tomada de decisão, planejamento, organização e coordenação de ações coletivas em uma gestão democrática e criação de uma educação para além do capital, na qual as/os trabalhadoras/es podem construir seu trabalho a partir da autogestão do trabalho e da negação do trabalho alienado. A autoeducação e as práticas formativas aqui debatidas pressupõem o

direito ao trabalho, a não subordinação às estruturas hierarquizadas ou a agentes externos e, ainda, a renda digna para as pessoas, condições capazes de romper com a lógica do assistencialismo, quer do Estado, quer de agentes privados sobre os pobres, fundamentada em uma concepção moralizante do trabalho, a qual reforça a exploração e promove o controle dessa população. Muitas associações constituídas para a geração de trabalho e renda ainda são vinculadas a programas e projetos da assistência social dos municípios ou a entidades filantrópicas e religiosas, que não têm por objetivo final a concessão dos direitos à livre organização econômica que garanta a superação definitiva de uma condição histórica de precarização em relação ao trabalho e à miséria social (CARVALHO *et al.*, 2017, p. 107).

Dessa forma, por meio da autoeducação e das práticas formativas, as/os catadoras/es podem apreender a realidade histórica

e as contradições dessa realidade para poder construir uma nova realidade possível. Na Cooperativa pesquisada, as/os catadoras/es ensinam umas/uns às/aos outras/os, especialmente quando uma/um nova/o cooperada/o é inserida/o no local. Uma catadora da Cooperativa analisa que, por ser a única que realizou um curso de ensino superior, ensinava as/os colegas interessadas/os a ler e a escrever; outro catador conta que, por ter participado ativamente do MNCR, fez visitas a outras associações e cooperativas para trocar experiências, ensinar o que ele sabia sobre o trabalho e aprender elementos novos a partir das vivências de outras/os catadoras/es.

A autoeducação é um processo potencializado pela Incubadora na Cooperativa. Como práticas formativas, a Incop Unesp Assis já promoveu rodas de conversa sobre diversos temas como “trabalho cooperado na perspectiva da Economia Solidária e da Educação Popular”; “diferenças entre o trabalho assalariado e o trabalho cooperado”; “importância e significado da gestão democrática”, e etc, capacitações técnicas, oficinas de planejamento do trabalho e de teatro, idas semanais aos grupos para a captação de demandas, dinâmicas (como da teia, maquete e linhas de sentido), Educação de Jovens e Adultos (EJA), círculos de cultura e etc. Ademais, a Incubadora auxiliou a Cooperativa na sua articulação com o MNCR, na organização local e regional.

A Incop Unesp Assis utilizava como ferramenta a imersão no cotidiano dos grupos como uma forma de acompanhá-los, a fim de captar as demandas e de estreitar laços. Como objetivos, a Incubadora buscava integrar teoria, prática e reflexão, socializar o conhecimento com as/os trabalhadoras/es, estimular a criatividade das/os integrantes para a resolução de problemas e para o comprometimento com a transformação da realidade, produzir saberes junto à classe trabalhadora, apoiar a organização de grupos populares de geração de

trabalho e renda, incentivar a autogestão e a formação de redes, construir uma consciência crítica acerca das problemáticas sociais com as/os trabalhadoras/es, compreender os conceitos de solidariedade, democracia, cooperativismo e etc, estimular a participação dos grupos nos movimentos sociais, dentre outros.

Os referenciais teórico-metodológicos utilizados pela Incop Unesp Assis advém da Psicologia Sócio-Histórica, Educação Popular e Economia Solidária. Desse modo, procurava construir intervenções que ajudassem no desenvolvimento da classe trabalhadora. A construção de projetos da Incubadora com os grupos auxiliou na melhora das condições das/os trabalhadoras/es para a realização do trabalho de reciclagem. Assim, por meio do acesso aos convênios, por exemplo, conseguiram uma melhor infraestrutura, com a obtenção de equipamentos, formações e capacitações, participação em eventos, etc, que modificam significativamente o ambiente e as relações de trabalho, bem como as condições de vida dessas pessoas.

Na região onde a Cooperativa está localizada, as/os catadoras/es se organizam politicamente desde 2003. A articulação regional da categoria deu origem a um Comitê de catadoras/es e, posteriormente, a uma associação e uma cooperativa de segundo grau, ou seja, que agrupava diversos grupos, além de um movimento social regional de Economia Solidária. Essa articulação foi fundamental para a aquisição de melhores condições de vida e de trabalho, como a conquista de recursos, equipamentos, políticas públicas e a construção de aprendizados em conjunto, que auxiliou as/os catadoras/es a fortalecer sua luta.

Dos grupos que faziam parte do Comitê, 71,9% eram mulheres (CARVALHO; RONDINI, 2017). Em geral, essas mulheres possuíam pouca escolaridade, renda abaixo de um salário mínimo e eram a fonte de renda exclusiva de suas famílias. A presença

significativa de mulheres nas organizações da região pode decorrer da “pouca perspectiva de inserção no mercado de trabalho formal, considerando a baixa escolaridade e a restrita qualificação que a maioria delas possui” (CARVALHO; RONDINI, p. 9). Embora não estejam na Cooperativa por uma escolha pessoal, e sim por uma necessidade e falta de oportunidades, a participação das mulheres no grupo pode promover modificações na forma como se veem e como veem o mundo. Para Bruna Vasconcellos (2017), as mulheres, ao se envolverem com as ações coletivas, reuniões, mobilizações, protestos e organização social encontram outras possibilidades de se colocar e de produzir questionamentos referentes ao papel no trabalho e na família, o que gera rompimentos com os padrões sociais vividos até então.

### **As modificações das relações de gênero a partir dos processos de autoeducação e das práticas formativas**

Por meio da realização de debates, trocas, discussões possibilitadas por uma prática autogestionária, as/os catadoras/es da Cooperativa podem modificar alguns elementos presentes nas relações de gênero que constituem, ao analisá-las de outra forma, por uma perspectiva mais crítica. Apesar de a diferenciação e hierarquização das funções do trabalho não serem eliminadas, percebe-se uma compreensão diferente, uma consciência do que ali acontece e uma abertura, tanto das mulheres quanto dos homens, para a mudança.

Mulheres se unem para se apropriar de funções do trabalho ditas masculinas, para que o grupo não precise realizar uma contratação de funcionários específicos, como motoristas de caminhão, e para que sejam capazes de realizar o trabalho, como um todo. Ao desenvolver habilidades de gestão, administrativas e políticas

do trabalho, as mulheres se reconhecem enquanto trabalhadoras fortes, que podem e que realizam todo tipo de trabalho, inclusive liderar a Cooperativa. Assim, experienciam posições de poder nunca vividas anteriormente em outros trabalhos e nas relações que estabelecem fora do grupo.

As funções ditas masculinas, quando assumidas por mulheres dentro de grupos populares, “geram deslocamentos e abrem brechas dentro de estruturas muito bem estabelecidas” (VASCONCELLOS, 2017, p. 211). Tais deslocamentos promovem um processo de modificação e de tensionamento das estruturas de dominação e de exploração, ainda que em um nível micropolítico. A catadora, ao assumir essa identidade e ao se apropriar de todo o trabalho, se afirma enquanto uma cidadã, que possui direitos e deveres, que pertence a uma classe, na qual é protagonista.

A participação de catadoras/es no movimento social é essencial para a construção de identidade e o sentimento de pertencimento, visto que a organização política produz uma identidade coletiva e singular, ao mesmo tempo. Ao lutarem pela representação no MNCR, por exemplo, por meio da SEMUC-SP, as catadoras da Cooperativa questionam, não só o movimento, mas seu próprio grupo. Colocam a importância de participar da Secretaria, de realizar reuniões com as representantes, de trocar experiências com catadoras de outras organizações. Tais atitudes demonstram um olhar crítico sobre as relações de gênero, que podem e que afetam as decisões do coletivo.

Podemos observar, no entanto, uma sobrecarga de trabalho direcionada às mulheres, que são maioria na Cooperativa. Essa sobrecarga possui relações com a construção social de gênero que as/os catadoras/es possuem, uma vez que as mulheres nunca dividiram o

trabalho de forma igualitária com os homens. Para Laura (2022), uma catadora da Cooperativa,

Os homens querem receber mas não querem trabalhar pesado. Na Cooperativa, é bem rotativo, mas é mais rotativo para os homens: quando cai o primeiro salário, eles já vão embora atrás de outra coisa, porque o salário não é igual todo mês, vai depender da coleta. Os homens ficam mais lá em cima... não ficam na esteira, lá é trabalho pesado, cansativo. Tem alguns que dirigem o caminhão e exigem salário de motorista. Mas é que aqui a gente é cooperado, não é motorista. Se alguém me perguntar qual é a minha ocupação, eu vou falar que sou catadora, não motorista. Chegando na Cooperativa eu ainda vou trabalhar na esteira, na prensa, fico onde precisa.

Para as/os integrantes da Incop Unesp Assis, existe uma dificuldade da inserção da temática de gênero, não só no local, mas na própria universidade e na sociedade como um todo. Na Cooperativa, as/os catadoras/es explicam que essa dificuldade decorre da emergência de outras questões burocráticas do trabalho, que aparecem como mais importantes a serem solucionadas. Tendo em vista essa dificuldade, a temática de gênero pouco emerge como um problema, e quando surgiu, a Incubadora procurou auxiliar as/os catadoras/es a partir da mediação de conflitos, rodas de conversa, capacitação de lideranças mulheres, reuniões e oficinas. Para o catador Alexandre (2022), ao longo do tempo, as/os catadoras/es passaram a se relacionar umas/uns com as/os outras/os de forma mais respeitosa e começaram a pensar no coletivo de forma mais solidária e igualitária. Alexandre (2022) afirma uma lógica contrária à imposta pelo capitalismo e neoliberalismo, quando diz que as/os catadoras/es da Cooperativa buscam trabalhar “de igual pra igual, um tem que ajudar

o outro. [...] Se todo mundo trabalhar de igual pra igual, ninguém vai sofrer”.

Ao se colocarem na posição de cooperados e colaboradores, os catadores podem reconhecer e admirar o trabalho das catadoras, enquanto, também, cooperadas e colaboradoras. Ao questionarem seus papéis e os papéis dos homens na Cooperativa, no movimento social e nas suas famílias, as mulheres compartilham sentimentos de confiança e de independência e afirmam que “o lugar de uma mulher é onde ela quiser”, e tal questionamento é potencializado e incentivado pela universidade e pelo movimento social. Em uma roda de conversa, por exemplo, uma das integrantes da Incubadora questionou as catadoras o motivo pelo qual elas notavam uma presença expressiva de mulheres na Cooperativa. Em resposta, as catadoras afirmaram ser mulheres fortes, corajosas, que precisam sustentar a família e que encaram qualquer tipo de trabalho. Os homens, para elas, escolhem trabalho porque eles têm medo. Em seguida, a integrante fez uma outra provocação, com o propósito formativo:

eu disse assim: “vocês nunca pensaram que tem menos homens aqui do que mulheres porque os homens querem outro tipo de trabalho?”, pairou um silêncio. Um silêncio. E logo uma disse assim: É verdade, eles querem trabalhar nas indústrias, né? Eles querem trabalhar com carteira assinada, né? Eles querem trabalho que o povo reconheça mais, né?. Mas aí o grupo ficou muito incomodado, porque eu dei corda pra essa interpretação porque eu queria que elas compreendessem a estrutura social, né? Porque qual é a vantagem dali estar sendo um espaço de muitas mulheres? O que as mulheres ganham com isso? (ANA MARIA, 2022)

Em rodas de conversa feitas pela Incubadora, as/os catadoras/es também traziam experiências de seus trabalhos anteriores. Os homens cooperados traziam uma dificuldade que tinham em lidar com a hierarquia imposta nos trabalhos assalariados, não gostavam de ter “alguém mandando neles”. Ao longo do tempo, entretanto, as rodas de conversa foram práticas que não eram mais realizadas e nem demandadas pelas catadoras/es. Percebe-se que o conhecimento, engajamento e comprometimento com a organização e com tais práticas foram se centralizando nas lideranças e em catadoras/es que já estavam no local há bastante tempo. Há um limite no que se refere ao compartilhamento de saberes e ao incentivo à formação das/os catadoras/es, dado o contexto individualista e competitivo e a uma ideia de que quem possui informação pode ter alguma vantagem sobre as/os colegas de trabalho.

Diversas contradições são vivenciadas pelas/os catadoras/es na Cooperativa. Para Keicy dos Reis (2022), essas contradições advêm, não só do ambiente de trabalho específico, mas de uma “reprodução de outras relações que são estabelecidas não só dentro do empreendimento, como fora também”. As contradições existentes fazem parte da realidade, que acontece de forma dinâmica e dialética, e não de forma linear. Elas coexistem com as potencialidades e micro transformações do dia a dia, e também incorporam os processos autoeducativos da classe trabalhadora. No entanto, enfrentar e lidar com as contradições encontradas é desafiador, tanto para as/os catadoras/es, quanto para as/os integrantes da Incubadora, que procuravam compartilhar o conhecimento acadêmico acerca de experiências autogestionadas e solidárias.



## Considerações finais

Muitas mulheres, por meio do trabalho da catação e da formação nos movimentos sociais, em eventos e práticas formativas, se sentem encorajadas a retornar aos estudos. Por meio dessas experiências, elas podem compreender “o que é disputa de gênero dentro das organizações de que participam, percebem a violência doméstica, a discriminação racial e a exclusão social a que são submetidas” (PAIVA, 2016, p. 170). Podem relacionar o machismo à falta de oportunidades, podem lutar por um maior acesso aos postos de trabalho e aos cargos de representação, não só locais, mas regionais e nacionais.

A pesquisa demonstrou que, ainda que as/os catadoras/es possuam dificuldades no que tange ao compartilhamento de saberes, elas/es aprendem umas/uns com as/os outras/os, se desenvolvem e desenvolvem as/os colegas de trabalho, com a participação da universidade e do movimentos social, em prol da coletividade e do bom andamento do funcionamento do grupo e do trabalho. As relações de gênero estabelecidas no local são parecidas com relações já antes estudadas em outros grupos populares de catadoras/es: há uma diferenciação e hierarquização de funções com base em concepções patriarcais e desiguais. As mulheres, em geral, permanecem em cargos relacionados ao cuidado e à delicadeza, e os homens, em funções que demandam conhecimentos tecnológicos específicos e uma maior força física.

As/os entrevistadas/os relatam que a tipificação e hierarquização de funções sempre existiram e se alteraram ao decorrer do tempo, mas que sempre afetaram o cotidiano do trabalho, uma vez que as mulheres notam um acúmulo de funções destinadas a elas. Com a reprodução de papéis sociais de gênero, as catadoras dizem se

sentir mais responsáveis pelo ambiente de trabalho e pelas/os colegas; em contrapartida, os homens revelam se sentir obrigados a carregar os fardos mais pesados, o que reforça relações sociais de gênero e de trabalho antigas, também existentes em empresas capitalistas.

Entretanto, por meio da autoeducação e das práticas formativas, as/os catadoras/es refletem sobre essas relações. A partir de rodas de conversa, por exemplo, constroem aprendizados sobre os papéis que desempenham na Cooperativa, na família e na sociedade e sobre as dificuldades encontradas ao buscar o trabalho autogestionado. Alguns eventos promovidos pela SEMUC-SP e pelo MNCR são destacados pelas/os catadoras/es como locais onde se sentem pertencidas/os e aliviadas/os. A troca de experiências é muito importante para as/os catadoras/es do local, visto que as vivências trazem sentido para elas/es e promovem conscientização acerca das problemáticas e das potencialidades do trabalho cooperado.

Nesse sentido, as mulheres conseguem desempenhar cargos de liderança nunca antes pensados, se colocam e se posicionam diante de questões relevantes do trabalho, consideram suas funções como igualmente importantes, cansativas e repetitivas, se unem e unem o grupo para a formação política e afirmam possuir a mesma capacidade que os homens têm para realizar todo e qualquer tipo de trabalho. Modificam decisões tomadas pelo coletivo, além de estruturas dentro e fora da Cooperativa; é por meio de um processo autoeducativo que as/os catadoras/es podem observar a realidade para questioná-la e transformá-la, ao demonstrar inquietações e ao buscar construir juntas/os ferramentas para a luta.

No entanto, há uma insuficiência de práticas formativas que abordam o tema gênero e uma resistência da universidade e do movimento social. Pode-se afirmar que existe uma necessidade de priorizar outras demandas consideradas mais emergentes na

Cooperativa, dada a realidade precarizada da categoria, bem como uma naturalização das relações desiguais de gênero. Estas, são tidas como individuais, e não como políticas, como mais um instrumento de exploração das/os catadoras/es, da classe trabalhadora, das/os discentes e docentes da universidade. Observamos um baixo oferecimento de condições materiais e sociais para a formação contínua sobre a temática, especialmente após a gestão de Jair Bolsonaro (2018-2022) e a pandemia da COVID-19. Vislumbramos algumas esperanças da categoria frente a eleição de Lula à presidência em 2023, com a recriação do Programa Pró-catador e a modificação do decreto da reciclagem, que agora institui novos panoramas no modelo atual de logística reversa e economia circular.

## **Referências**

ALVES, Adriana Silva. **Formação “De catador para catador”**: o Movimento Nacional dos Catadores na construção de sua autonomia político pedagógica. 2016. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

ALVES, Jean Carlos Machado et al. Economia Solidária e a dimensão cognitiva da experiência dos catadores. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 1, p. 125-140, jan./mar. 2020.

ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 18, p. 265-300, set./dez. 2015.

BOSI. Antônio de Pádua. organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 101-116, jun. 2008.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. *et al.* Metodologias participativas: estratégias para o fortalecimento de grupos populares. In: CARVALHO, A. M. R.; LADEIA, C. R. (org.). **Metodologia de incubação e de diagnóstico participativo**: estratégia de trabalho com grupos populares. São Paulo: Cultura Acadêmica/Bauru: Canal 6, 2017. p. 91-120.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de.; LADEIA, Carlos Rodrigues.; FELÍCIO, Rafael Gorni. Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis: percurso de uma experiência em extensão universitária. In: CARVALHO, A. M. R.; LADEIA, C. R. (org.). **Metodologia de incubação e de diagnóstico participativo**: estratégia de trabalho com grupos populares. São Paulo: Cultura Acadêmica/Bauru: Canal 6, 2017. p. 11-26.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de; RONDINI, Carina. Perfil Sócio-Profissional de catadores em associações e cooperativas do Oeste Paulista. In: SOUZA, A. R.; ZANIN, M. (org.). **A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos: EDUFScar, 2017. p. 251-261.

CATHO ONLINE LTDA. **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho**: mulheres ainda ganham menos que os homens. 2021. Disponível em: <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/carreira/comportamento-3/desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho-mulheres-ainda-ganham-menos-que-os-homens/#:~:text=Os%20dados%20revelam%20que%20mulheres%20ganham%20menos&text=Segundo%20pesquisa%20salarial%20realizada%20pela,que%20os%20homens%20C%20por%20exemplo.> Acesso em: 26 jun. 2023.

DAL RI, Neusa Maria. Trabalho associado, gênero, educação e participação política nas empresas de autogestão e nos movimentos sociais. **ORG & DEMO**, Marília, v. 16, edição especial, p. 115-134, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, n. 29, p. 23-59, nov. 2017.

FRAGA, Lais Silveira. **Extensão e transferência de conhecimento: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**. 2012. 244f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GRECCO, Fabiana Sanches. Uma crítica à Economia Solidária e Feminista: a extenuante divisão sexual do trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 36, p. 38-50, jan./jun. 2016.

KIRSCH, Rosana. **Incubação de empreendimentos da economia solidária e as implicações das relações de reciprocidade**. 2007. 148f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, J. R. **Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 241-277.

MARTINS, Bruna Oliveira. **A autoeducação e o papel formativo da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis na modiação das relações de gênero da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região.** 2023. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus Marília, Marília, 2023.

MARTINS, Ingrid Gomes *et al.* Reciclando as relações de gênero: a divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e catadores, e o papel de lideranças femininas na política pública de resíduos sólidos no Distrito Federal. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.). **Catadores de Materiais Recicláveis: Um encontro nacional.** Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 75-97.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Mulheres são maioria entre catadores de materiais recicláveis.** Brasil. 2014. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 13 jun. 2023.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **O que é movimento?** Brasil. 2008. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/o-que-e-o-movimento>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos; SECCO, Letícia Dal Picolo Dal; CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. A participação das cooperativas de catadores na cadeia produtiva dos materiais recicláveis: perspectivas e desafios. **Psicologia Política**, v. 14, n. 29, p. 171-186, jan./ abr. 2014.

PURICELLI, Verónica; ARDAYA, Sofía Rodríguez. Mujeres, cooperativas y economía social. Un análisis etnográfico sobre mujeres recuperadoras en el área metropolitana de Buenos Aires, Argentina (AMBA) con perspectiva de género. **SaberEs**, v. 10, n. 1, p. 1-18, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCARIOT, Nadia; COSTA, Cassiane da. Mulheres catadoras de materiais recicláveis de Santana do Livramento/RS: trajetórias de luta em busca da emancipação social. **Didáticas Especíocas**, n. 20, p. 73-92, 2019.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. *A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década*. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 123- 139, 2016.

VASCONCELLOS, Bruna Mendes de. **Politizando o cuidar: as mulheres do Sul na construção de alternativas sociotécnicas**. 2017. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

VIANA, Nildo. Marxismo e cultura. **Práxis Comunal**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 13-31, jan./dez., 2018.

WIRTH, Ioli Gewehr. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão?** 2010. 226f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.